

## TEMPOS PÓS-MODERNOS\*

GESUÍNA DE FÁTIMA ELIAS LECLERC\*\*

**F**ernando Magalhães reúne, neste livro, de modo conciso, alguns dos temas candentes sobre os processos de intensificação da globalização e da crise do trabalho. O termo “pós-moderno” é empregado como uma rubrica geral, para designar as transformações ocorridas nos últimos tempos, em suas dimensões social, econômica e política. É também uma reação ao significado consagrado por Lyotard, como a “incredulidade diante das metas narrativas” e como um “estado de cultura que se instalou após as transformações que afetaram as regras dos jogos da ciência, da literatura e das artes a partir do final do século XIX” (p. 62).

Como é próprio da série “Questões da nossa época”, da editora Cortez, o livro provoca e amplia o debate. Mas o trabalho tem uma particularidade que precisa ser ressaltada, associada ao esforço para o passo seguinte do debate crítico à proposição. Ele aparece na conjuntura de redefinição institucional dos programas de Pós-graduação em Filosofia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), com a aprovação pela CAPES (nota 4) do Programa Integrado de Doutorado em Filosofia, sediado em João Pessoa (na UFPB). O primeiro do Brasil em filosofia, com um tal perfil, e o primeiro em filosofia da região Nordeste, com aula inaugural ministrada em 20 de março de 2006.

O livro de bolso é parte da dedicação pedagógica do autor na proposição da linha de pesquisa denominada “Filosofia Prática” (Ética e Filosofia Política), providencial, neste momento em que “as filosofias políticas cedem lugar ao estudo do irracional, desvinculado de raízes sociais” (p. 56). Tem a marca de esforços bem-sucedidos para qualificar a

---

\* Resenha do livro de Fernando Magalhães, *Tempos pós-modernos: a globalização e as sociedades pós-industriais* (São Paulo: Cortez, 2004).

\*\* Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e bolsista da CAPES. *E-mail*: gesuina.leclerc@terra.com.br

interlocução institucional, potencializando os recursos públicos que já são efetivamente gastos, encorajando a pesquisa, no contexto de restrição fiscal, de redefinição do Estado, de produtividade e competitividade, disputando, em alto nível, mais recursos orçamentários para a capacitação intelectual de novas gerações de pesquisadores.

O debate é desencadeado com base no reconhecimento da emergência de um novo sistema político mundial no Ocidente, sob a égide (e com apologia) de uma nova ordem mundial, como não poderia deixar de ser. Contudo, a existência de uma ideologia única e a adesão da ex-União Soviética à economia de mercado precisam ser referências problematizadoras. Uma de suas versões é a possibilidade de essa nova ordem representar um “aparente” rompimento com todas as formas de sistemas conhecidas anteriormente (p. 17). Abandonar, simplesmente, as velhas certezas da modernidade para pegar carona num *período pós-histórico* à moda de um Fukuyama ou num período *pós-moderno* não é o caso em tempos de tantos panegíricos. Não é o caso diante dos argumentos dos entusiastas da sociedade globalizada e da “paz perpétua”, a que teria superado o estado de natureza internacional da guerra fria, que não têm como ignorar (ninguém pode ou deve) o repudiável fenômeno do terrorismo (desconsiderado entre os piores cenários até 11/09). Ou mesmo diante dos argumentos que evocam a lembrança do que foi a ruptura entre os universos antigo e medieval, quando os valores unitários e comunitários prevaleceram até o final do Renascimento, com a emergência da sociedade burguesa com seus valores e a emergência do indivíduo, com base na formação dos estados absolutistas no século XVI. Porque, nesse caso, a inevitabilidade nos obrigaria a “aceitar a realidade como ela é e não como deveria ser”, à maneira de Maquiavel ou de Henry Kissinger (p. 15), e estaríamos assim entre os realistas e os pragmáticos.

A problematização do estabelecimento de uma nova ordem mundial está implicada na posição que cede espaço à “normatização”, tratando-se de uma questão ética e moral. Quando se declara o deslocamento do processo de trabalho para o conhecimento, constata-se uma intensa mudança nas relações sociais e na dinâmica do capital. Nessas mudanças, a permanência do sistema assalariado nas mais diversas profissões e ocupações auxilia o autor a defender a manutenção do “trabalho” como categoria ontológica chave, mas que não segue incólume. Muito embora o autor reconheça que está nos devendo um aprofundamento do debate sobre a complexificação da ciência e da tecnologia como novas forças pro-

ditivas (p. 67). Penso que é esse, precisamente, o contexto no qual o conceito de informação é tomado hoje como carro-chefe da globalização e que precisa ser examinado criticamente, tal como o autor considera. Quando o conhecimento científico ligado, intimamente, à tecnologia acaba por estabelecer que somente quem possui a capacidade de dominá-los é que “tem o direito de exercer o poder político” (p. 29), é a manutenção da perspectiva do trabalho que justifica o imperativo de que é preciso oferecer condições gerais de saúde e educação para que uma pessoa possa estar em condições de cuidar da produção.

O autor apresenta os tempos pós-modernos como um simulacro, com referência em Frederic Jameson. Então, faz as distinções entre um primeiro momento, o da era moderna e este segundo momento, o desta nova ordem mundial. Primeiro destaca a ambigüidade do movimento modernizador, na tradição da influência iluminista, desde Marx, sobre o papel da ciência e de sua relação com um projeto socialista. A cesura do primeiro momento se deu entre dois modos de produção distintos: o pré-capitalista e o nascente regime burguês. O segundo permanece capitalista, o que acontece é uma variação de forma, no âmbito da esfera cultural, mas no interior de uma mesma formação econômica. É simulacro quando tenta lembrar o processo revolucionário em que a servidão cedeu lugar ao trabalho assalariado e a igualdade de oportunidades substituiu as garantias dadas pelo nascimento. O advento da democracia, o sufrágio universal, o crescimento do movimento operário representaram a afirmação e a ampliação da cidadania, mas principalmente a definição das políticas sociais do Estado de bem-estar, que imprimiu um outro ritmo ao processo do capitalismo. Temos agora uma nova ordem como uma espécie de retorno ao *laissez-faire*, em que o Estado mínimo serve para liberar as relações de trabalho, mantendo-se eficiente quando precisa proteger o capital, haja vista o protecionismo. Os excluídos de hoje lembram, em suas identidades, as relações sociais desregulamentadas do passado. A saída precisa ser pensada em duas frentes, a primeira é política: é preciso de um lado renovar a própria política por meio da luta parlamentar e dos movimentos capazes de congrega as forças do eleitorado. Mas, quanto a um outro lado, o dos excluídos, é preciso que o autor explicita melhor sua idéia sobre “absorver o potencial revolucionário dos excluídos para canalizá-lo em direção a transformações mais profundas” (p. 51). Em nossa opinião, a idéia pode ser explicitada adequadamente, tomando-se como tarefa mais estratégica da luta parlamentar a de preencher a lacuna entre o sindicalismo encolhido

pelo desemprego e pela precarização, e os que não podem se fazer representar por meio dele, os que são conhecidos como “os excluídos”. Quando um sindicalista toma assento em um parlamento, em qualquer nível, sofre pressão para representar os interesses de sua categoria, mas não pode fazê-lo constantemente, pela dinâmica e a razão de ser do Poder Legislativo. É uma dinâmica que requer o convencimento entre os próprios parlamentares, representantes dos diferentes segmentos sociais; eles estão em disputa, mas todos eles estão premidos pela necessidade do voto. Então é preciso fazer com que o convencimento junto ao eleitor aconteça com base em provas concretas de que a democracia é capaz de resolver os problemas sociais. As provas são as políticas sociais bem-sucedidas. A luta parlamentar é também uma luta pelo aperfeiçoamento das regras do jogo para renovar a política e, tecnicamente, são os próprios parlamentares que podem mudar essas regras.

Outra frente diz respeito à ética, que “não é um elemento que possa separar-se facilmente da política sem causar um certo embaraço” e que requer uma oferta de princípios “fundados na vida, endereçados aos indivíduos com a linguagem da evidência” (p. 51). Trata-se, assim de pensar a ação política agindo. A filosofia política não é o repositório dos grandes princípios jamais negociados, ou dos cálculos de custo/benefício sobre a fidelidade ou infidelidade aos mesmos. Por isso, a “filosofia prática” pressupõe o engajamento articulado com a produção teórica, por meio de uma relação pedagógica, colocando no mesmo nível de rigorosidade o cuidado epistemológico e a ética.

Nesta leitura de *Tempos pós-modernos*, quando falamos de uma relação pedagógica é porque estamos assumindo a identidade de novos governistas, que estão desafiados a superar a experiência de militância como oposição e que estão aprendendo. Os critérios de sucesso da ação política, por definição, são públicos; enquanto uma pessoa pode acreditar que foi bem-sucedida quando ninguém mais acredita, um político não pode fazê-lo. É preciso vencer as eleições e governar por meio de coalizões ampliadas. É difícil reconhecer um só dilema, colocando de um lado princípios virtuosos e de outro lado o alcance de indicadores sociais. O debate sobre o custo das políticas sociais, o investimento e a qualidade dessas políticas, é que nos põe diante dos princípios mais exigentes, porém “fundados na vida”, como o autor bem disse.